



SADC 2018

Integração regional fortalecida através do compromisso de alto nível **INFRAESTRUTURA TRANSFRONTEIRIÇA E EMPODERAMENTO DA JUVENTUDE**

O ANO de 2018 proporcionou uma oportunidade para a região da SADC reflectir sobre a longa jornada rumo a uma comunidade partilhada e para consolidar os ganhos da integração regional através da aceleração do desenvolvimento de infraestruturas transfronteiriças e empoderamento da juventude.

A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, organizada pela Namíbia em Agosto, lembrou os Estados Membros da importância fundamental da infraestruturas na ligação dos 16 países que compõem a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O tema da Cimeira foi o mais apropriado - *Promoção do Desenvolvimento de Infraestruturas e Empoderamento da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável.*

O objectivo era incentivar os Estados Membros a priorizar o desenvolvimento de infra-estruturas como factor essencial para a industrialização, o comércio e a integração regional, como previsto há 26 anos, quando a decisão foi tomada na mesma cidade de Windhoek, na Namíbia, em 1992, para unir a região através de instituições e regras comuns.

Muitas realizações foram registadas desde a histórica Cimeira que transformou a SADC de uma Conferência de Coordenação do Desenvolvimento para uma Comunidade para o Desenvolvimento através do Tratado e da Declaração da SADC.

Mais de 30 instrumentos legais já foram assinados, muitos deles já em vigor. A filiação na organização aumentou para 16 Países com um mercado combinado de mais de 300 milhões de pessoas.

No entanto, muitos desafios continuam a confrontar a região. Entre eles está o desemprego. Os jovens, que representam mais de 60% da população da região, não têm empregos e oportunidades suficientes para enfrentar um futuro incerto.

O empoderamento da juventude, portanto, liderou a agenda de 2018 com o compromisso regional de aproveitar as fortes ligações entre desenvolvimento de infra-estruturas e empoderamento dos jovens, conforme demonstrado pela decisão dos líderes da Cimeira em aprovar a operacionalização da Universidade de Transformação da SADC.



POLÍTICA	3
ESTATÍSTICAS	4
LIDERANÇA	5
GESTÃO DE DESASTRES	6
INFRAESTRUTURA	7
ENERGIA	8-9
COOPERAÇÃO	10
ECONOMIA AZUL	11
PAZ E SEGURANÇA	12-13
GÉNERO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

A Secretária Executiva da SADC disse que a universidade será uma “instituição regional essencial para formar jovens e cidadãos em inovação e empreendedorismo como parte dos esforços para transformar a África Austral numa região industrializada”.

Falando durante a 38ª Cimeira da SADC, em Windhoek, o Presidente da Namíbia, Hage Geingob, aceitou presidir a instituição regional até Agosto de 2019, prometendo facilitar a cooperação regional na área de desenvolvimento de infraestruturas, aproveitando o potencial das mulheres e jovens da África Austral.

“O desenvolvimento de infraestruturas é um catalisador para o empoderamento dos jovens e a criação de empregos. É uma das vias através das quais podemos abordar a questão do desemprego juvenil na região”, disse o presidente da SADC.

Igualmente assustador para a África Austral tem sido a tarefa de aumentar o ritmo de implementação de políticas regionais domésticas a nível nacional. Este tem sido um elo fraco na implementação de políticas regionais.

Surgiu assim como uma lufada de ar fresco em 2018, quando a liderança política da região ofereceu um apoio de alto nível sem precedentes à proposta de criação de um parlamento regional - uma instituição representativa integral para os cidadãos da SADC.

Uma vez estabelecido, o Parlamento da SADC asseguraria a harmonização prevista dos instrumentos legais regionais através da sua tradução em políticas nacionais e quadros legislativos.

O Executivo já é o principal impulsor da integração regional através de instituições intergovernamentais a nível de altos funcionários, ministros ou Chefes de Estado e de governo.

O Judiciário foi previamente representado pelo agora suspenso, mas logo será reconstituído Tribunal da SADC.

Em termos de promoção da equidade e igualdade de género, o Protocolo Revisto da SADC sobre o Género e Desenvolvimento foi adoptado e entrou em vigor em 2018.

O acordo que altera um protocolo regional foi assinado por um total de 12 Estados Membros e

foi revisto para alinhá-lo com as disposições de outros instrumentos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a Agenda 2063 da União Africana e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063.

O ano viu a SADC testemunhar uma época de agricultura moderada que produziu uma baixa colheita causada pela má distribuição das chuvas.

No entanto, o impacto da colheita inferior à esperada na região foi compensado por importantes reservas em alguns Estados-Membros, como a África do Sul, a Zâmbia e o Zimbábue.

Intimamente relacionado a isso, as vozes pela reforma agrária ficaram mais barulhentas na região, com países como a Namíbia e a África do Sul assumindo compromissos para lidar com políticas e desequilíbrios injustos da terra colonial.

A agricultura e outros meios de produção baseados na terra continuam a ser os meios de subsistência primários para a maioria das pessoas na SADC, particularmente os cidadãos rurais, e continuarão a sê-lo até que os sectores industrial e de serviços possam oferecer oportunidades alternativas, particularmente para a maioria dos cidadãos nas áreas rurais.

Países como Moçambique, Tanzânia e Zimbábue adoptaram abordagens algo singulares em relação à administração fundiária e à reforma agrária, que já começam a dar frutos em termos de empoderamento maioritário e redução da pobreza.

No desenvolvimento de energia, o ano de 2018 testemunhou o lançamento oficial do Centro para a Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) em Outubro em Windhoek.

O SACREEE deve liderar a promoção do desenvolvimento de energias renováveis na região.

Outro grande desenvolvimento no sector de energia foi a decisão dos ministros responsáveis pela energia de estabelecer um comité regional de gás e desenvolver um plano diretor que guie a exploração dos vastos recursos de gás natural na região.

Para o efeito, o Conselho de Ministros mandou o Secretariado

da SADC para operacionalizar o Comité Regional de Gás da SADC, e apelou aos Estados Membros para que nomeassem representantes para participarem na comissão.

Os esforços para aproveitar as vastas reservas de gás vêm na sequência de recentes descobertas de gás natural em Moçambique, Namíbia, Tanzânia e Zimbábue. No que diz respeito ao desenvolvimento financeiro, a região expandiu o número de moedas utilizadas para transacções no Sistema Integrado de Liquidação Electrónica Regional da SADC (SIRESS).

O SIRESS é um sistema de pagamento electrónico regional desenvolvido pelos Estados Membros da SADC para liquidar as transacções transfronteiras mais rapidamente sem ter que depender de bancos intermediários de fora da região.

Enquanto anteriormente todas as transacções eram denominadas pelo Rand da África do Sul, houve uma decisão neste ano de incluir outras moedas na cesta, começando com o dólar dos Estados Unidos.

O SIRESS foi estabelecido em Julho de 2013 e testado em quatro países, Eswatini, Lesotho, Namíbia e África do Sul, mas está agora operacional em 14 Estados Membros da SADC, excepto Madagáscar e as Comores.

O Secretariado da SADC iniciou o processo durante o ano para desenvolver um instrumento legal que irá melhorar o ambiente político para o desenvolvimento industrial.

Espera-se que o Protocolo da Indústria da SADC reforce as economias dos Estados Membros da SADC e assegure que estas sejam impulsionadas pelo desenvolvimento industrial e não baseadas nas exportações de recursos brutos. Espera-se que a proposta final do protocolo esteja pronta para aprovação em 2019.

Intimamente ligada a isto, a SADC iniciou o processo de revisão do progresso para a implementação do RISDP Revisto 2015-2020.

Espera-se que a revisão informe a estratégia de integração regional

para a SADC quando o actual plano de desenvolvimento terminar em 2020.

A nível político, a SADC continuou a desfrutar de um ambiente geralmente pacífico e estável, com um total de quatro países a realizar eleições.

Estes foram Madagáscar, Moçambique, Eswatini e Zimbábue. No entanto, Madagascar estava pronto para uma segunda volta a 19 de Dezembro, depois de nenhum candidato presidencial ter acumulado votos suficientes para ser declarado vencedor absoluto após as eleições realizadas no início de Novembro.

O quinto País, a República Democrática do Congo, previa realizar as suas eleições a 23 de Dezembro.

Durante o ano, a SADC fechou oficialmente a sua Missão Preventiva no Lesotho, após uma melhoria significativa no ambiente político naquele País.

Outro destaque do ano foi a SADC conduzir com sucesso um exercício regional de manutenção da paz no Malawi, baptizado por Exercício UMODZI, em preparação para assumir as suas responsabilidades de manutenção da paz no âmbito da Força de Prontidão Africana (ASF) em Janeiro de 2019.

A ASF é uma ferramenta importante da arquitetura africana de paz e segurança para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente.

Durante o ano, seis movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zimbábue lançaram a Escola de Liderança Mwalimu Nyerere em homenagem ao falecido presidente fundador e ex-presidente dos Estados da linha de frente.

A escola oferecerá treinamento em habilidades de liderança e princípios políticos com o objectivo de fortalecer a união e a cooperação para o próximo grande desafio da região, a libertação económica. □



SADC e Interpol analisam Acordo de Cooperação

A SADC e a Organização Internacional da Polícia estão a rever um acordo assinado há vários anos para fortalecer a cooperação entre as duas organizações em áreas de aplicação da lei e justiça criminal.

O facto foi revelado em Novembro durante uma reunião tripartida entre a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, Secretário Geral da Interpol, Jurgen Stock, e o chefe do Bureau Regional da África

Austral para a Interpol, Mubita Nawa, em Harare, Zimbabwe. Stock participou via teleconferência a partir da sede da Interpol em Lyon, na França. A reunião registou os progressos feitos no sentido da finalização da revisão do Acordo-Quadro entre a SADC e a Interpol, que deverá estar pronto em Março de 2019.

"O quadro visa fornecer uma plataforma de cooperação geral entre as duas partes", disse a SADC num comunicado após a reunião.

Espera-se que forneça e estabeleça um quadro de cooperação policial operacional entre a SADC e a Interpol e determine as funções do secretariado que podem ser prestadas em nome da SADC à Organização Regional de Cooperação dos Chefes das Polícias da África Austral (SARPCCO) pela Interpol, através do seu departamento regional em Harare.

Nos termos do acordo existente, que foi assinado em 2011, o Bureau Regional da Interpol tem prestado assistência na coordenação de operações conjuntas da SARPCCO, investigações conjuntas e outras actividades destinadas à prevenção e combate ao crime.

Além disso, o escritório regional facilita a troca oportuna de informação policial entre os escritórios nacionais da Interpol nos Estados Membros da SADC e o Secretariado da Interpol, incluindo outras agências regionais fora de Harare.

Durante a reunião, a Dra. Tax anunciou que uma nova unidade foi incluída na nova estrutura do Secretariado da SADC para facilitar a cooperação e comunicação efectiva entre o Secretariado e o Bureau Regional da Interpol, entre outras actividades.

Está em curso o recrutamento do chefe da unidade que poderá assumir as suas funções até Fevereiro de 2019.

O acordo de cooperação SADC-Interpol foi assinado em 2011.

A secretária Executiva elogiou a Repartição Regional da Interpol pelos avanços alcançados na implementação da cooperação regional em matéria de gestão da criminalidade e prometeu apoio contínuo que atinja os seus objectivos.

Ela observou que o cibercrime e o contraterrorismo representam uma séria ameaça

à paz e segurança na SADC e outras regiões.

A reunião sublinhou a importância do planeamento conjunto, coordenação, implementação e monitoria de actividades entre o Escritório Regional da Interpol e a SADC. □

O Papel da SARPCCO

A ORGANIZAÇÃO Regional de Cooperação dos Chefes das Polícias da África Austral (SARPCCO) é a principal iniciativa na África Austral para a prevenção e combate da criminalidade transfronteiriça.

Ela foi formada em 1995 no Zimbabwe e estabeleceu-se firmemente como uma referência para a cooperação policial internacional, apoiada pelo Escritório Regional da Interpol em Harare, que coordena as suas actividades e programas.

A SARPCCO tem sete objectivos que estão sujeitos à legislação interna e obrigações internacionais dos Estados Membros:

- Promoção e reforço da cooperação e desenvolvimento de estratégias conjuntas para a gestão de crimes transfronteiriços com implicações regionais;
- Elaboração e divulgação de informações relevantes sobre actividades criminosas;
- Realizar revisões regulares das estratégias de gestão conjunta da criminalidade, tendo em vista a mudança das necessidades e prioridades nacionais e regionais;
- Garantir o funcionamento e a

gestão eficientes dos registos criminais e a monitoria conjunta e eficaz da criminalidade transfronteiriça, tirando o máximo partido das instalações relevantes disponíveis através da Interpol;

- Fazer recomendações aos governos dos Países membros em relação a questões que afetam o policiamento efetivo na África Austral;
- Formulação de políticas e estratégias sistemáticas de formação regional; e
- Realizar acções e estratégias apropriadas para promover a cooperação e colaboração regional da polícia.

Os crimes prioritários que são tratados pela SARPCCO incluem o terrorismo; roubo de veículos motorizados; medicamentos e produtos farmacêuticos falsificados; crimes económicos e comerciais; armas de fogo e explosivos; tráfico de ouro, diamantes e outras pedras e metais preciosos; crimes contra mulheres e crianças; imigrantes ilegais e documentos de viagem roubados e perdidos; crime de vida selvagem e espécies ameaçadas de extinção; e tráfico de seres humanos. □

Adoptado Plano de implementação da Estratégia da SADC sobre a Nutrição

A SADC desenvolveu e adoptou um Plano de Implementação da sua estratégia regional de nutrição.

O plano identifica as áreas prioritárias que precisam de ser implementadas para abordar os indicadores nutricionais que estão tendo um desempenho mau nos Estados Membros.

- As áreas prioritárias incluem:
- ❖ Desenvolvimento de padrões mínimos regionais para a fortificação de micronutrientes de alimentos. Espera-se que isso trate da questão ligada aos altos níveis de anemia em mulheres em idade reprodutiva e crianças, melhorando a nutrição para a população em geral;
 - ❖ Desenvolvimento de uma estratégia regional de comunicação para mudança de comportamento para melhorar as práticas de alimentação de bebês e crianças. Espera-se que isso trate dos vários indicadores sobre nutrição, incluindo sobrepeso e obesidade, perda de peso, nanismo, amamentação exclusiva e deficiência de micronutrientes;
 - ❖ Desenvolvimento de diretrizes regionais sobre sistemas de informação nutricional que fortaleçam a capacidade dos Estados Membros de monitorar o progresso em relação aos objectivos da Assembleia Mundial da Saúde. □



SADC prepara Protocolo sobre Estatísticas

O DESENVOLVIMENTO de um instrumento regional para regulamentar as actividades destinadas a recolher informação estatística regional oportuna e precisa é crucial para a formulação eficaz de políticas e implementação da agenda de integração da SADC.

Actualmente, a maior parte da informação estatística é produzida e divulgada pelos sistemas estatísticos nacionais em vários Estados-Membros, principalmente para os respectivos requisitos de informação.

Embora esta informação estatística nacional seja importante e alimente a produção de estatísticas regionais que sustentam as políticas, estratégias e planos de implementação ao nível da SADC, as variações entre os sistemas estatísticos nacionais, tanto em termos de cobertura de dados como de métodos estatísticos, representam um sério desafio para a consolidação e qualidade da informação regional.

A fim de enfrentar este desafio, a África Austral iniciou um processo para desenvolver um Sistema Estatístico Regional coordenado e regulado da SADC (SRSS).

O objectivo primordial do SRSS é apoiar a integração regional, disponibilizando informações estatísticas regionais relevantes, oportunas e precisas a serem usadas para formulação de políticas, planeamento e monitoria de protocolos e tomada de decisões.

“O instrumento é necessário para assegurar que os arranjos institucionais para recolha, processamento e disseminação de estatísticas regionais sejam formalizados e adequadamente capacitados”, de acordo com um documento produzido pelo Secretariado da SADC.

Espera-se que o SRSS seja um dos resultados do proposto Protocolo da SADC sobre Estatística.

“Guiado pelos princípios da Carta Africana de Estatística, o protocolo previsto deve também fornecer um enquadramento para impor o cumprimento de normas mínimas para estatísticas de qualidade e para o Secretariado conseguir recolher estatísticas dos Estados-Membros.”

Prevê-se que o protocolo proposto melhore o nível de desenvolvimento estatístico tanto nacional como regional e facilite “a busca de monitoria e medição do progresso das agendas de desenvolvimento a níveis nacional, regional, continental e global”.

A assinatura e ratificação do protocolo será uma demonstração do compromisso dos Estados Membros com os objectivos gerais do desenvolvimento estatístico.

Além disso, o protocolo é concebido como um instrumento vinculativo que entrincheirá e dará efeito jurídico às funções estatísticas na região da SADC e deverá dar mandato legal ao Secretariado da SADC para coordenar e supervisionar a implementação dos SRSS.

O protocolo será alinhado com o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto (RISDP) e outros protocolos relevantes da SADC existentes, de acordo com o documento.

O RISDP Revisto reconhece as estatísticas como uma das áreas de intervenção prioritárias transversais. De facto, o modelo de desenvolvimento regional reconhece que a ausência de um arcabouço legal de estatísticas regionais é uma grande limitação para o Secretariado na execução de seu trabalho.

O RISDP revisto identifica quatro áreas principais de intervenção na área de estatística

que precisam ser abordadas. Essas são:

- Desenvolvimento de um quadro legal em estatística;
- Harmonização das estatísticas na região, incluindo classificação e metodologia padronizadas para o desenvolvimento de estatísticas a níveis nacional e regional; e
- Fornecimento de estatísticas relevantes para a integração regional. Isto incluiu o desenvolvimento de mecanismos de troca de informação entre o Secretariado da SADC e os produtores nos Estados

M e m b r o s , e o desenvolvimento de uma base de dados integrada de estatísticas regionais.

O RISDP é um plano estratégico de 15 anos aprovado pelos líderes da SADC em 2003 como um modelo para a integração e desenvolvimento regional.

O plano estratégico foi revisto em 2015 para realinhar a agenda de desenvolvimento da região com as dinâmicas emergentes regionais, continentais e globais, como a necessidade de antecipar a industrialização nas aspirações de desenvolvimento da África Austral. □

A informação é fundamental para o desenvolvimento sustentável

AS ASPIRAÇÕES da África Austral são uma região unida, próspera e integrada, livre da pobreza e da fome.

No entanto, alcançar essas metas é ilusório se a região não gerar informações adequadas para sustentar os processos efetivos de tomada de decisão.

Isto foi enfatizado por Duncan Samikwa, Gestor de Serviços Técnicos da SADC para o Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade (RVAA), num seminário de gestão de dados e informação, realizado de 19 a 22 de Novembro em Joanesburgo, África do Sul.

“Um dos principais obstáculos para projetar e implementar melhores as políticas e intervenções na região é a falta de informações confiáveis e precisas.

“O desafio para nós é produzir a informação certa no momento certo e comunicá-la às pessoas certas da maneira certa”, disse Samikwa.

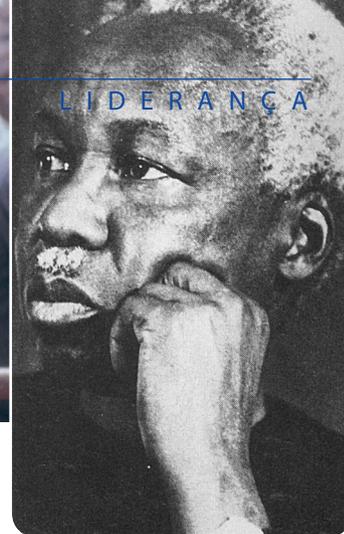
Ele disse que é, portanto, importante todas as partes interessadas na SADC trabalharem juntas para melhorar a produção e

a recolha de informação por parte de políticos e dos responsáveis pela tomada de decisão para assegurar que a agenda de integração regional seja concretizada.

O acesso à informação permite que os cidadãos da SADC apreciem os benefícios e oportunidades, bem como os desafios de pertencer a uma comunidade partilhada na África Austral, promovendo assim um sentido de apropriação das actividades, programas e projectos regionais.

Isto está em linha com o Tratado da SADC e com a Estratégia de Comunicação e Promoção da SADC.

Esta última afirma claramente que “sem uma comunicação eficaz, a SADC continuará a ser mal interpretada. As suas realizações continuarão invisíveis e a organização não realizará plenamente o seu objectivo de desenvolvimento para erradicar a pobreza na região da SADC, sendo os seus cidadãos os principais impulsionadores da integração regional.” □



Escola de Liderança Mwalimu Nyerere

por Raymond Ndhlovu

A ESCOLA de Liderança Mwalimu Nyerere está sendo criada na Tanzânia para servir a África Austral em homenagem ao falecido Presidente fundador e ex-Presidente dos Estados da Linha de Frente.

O colégio de liderança é um esforço conjunto de seis movimentos de libertação da SADC, que são agora partidos no poder, e cujos países conquistaram a sua independência com o apoio do Nyerere e do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (OAU) que foi acolhido pela República Unida da Tanzânia.

Os seis partidos do movimento de libertação são Chama Cha Mapinduzi (CCM) da Tanzânia, Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) da Namíbia, a Frente Patriótica da União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU-PF) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Uma cerimônia inovadora e colorida para a construção da escola foi realizada recentemente em Kibaha, região costeira, perto de Dar es Salaam. Os Partidos foram representados pelos seus respectivos secretários-gerais que pegaram pás para preparar o terreno.

Eles trabalharão juntos para estabelecer a Escola de Liderança Mwalimu Nyerere,

com o apoio da China. O Governo da Tanzânia disponibilizou terreno.

O Presidente John Pombe Magufuli lançou a primeira pedra para a construção do colégio com o Chefe das Relações Internacionais do Partido Comunista da China (PCC), Song Tao.

O falecido Nyerere iniciou relações com a República Popular da China através do primeiro primeiro-ministro, Zhou Enlai, logo após a independência da Tanzânia em 1961, apenas 12 anos após a libertação da China.

Esta relação levou ao apoio da China para a libertação da África Austral do domínio colonial e do apartheid.

O Presidente Magufuli citou a necessidade de uma liderança forte na região “que obedeça à ética da liderança e seja capaz de levar o desenvolvimento económico ao povo”.

A Escola de Liderança Mwalimu Nyerere oferecerá treinamento em habilidades de liderança e princípios políticos com o objectivo de fortalecer a união e a cooperação na libertação das economias africanas.

O projecto será executado com apoio financeiro da China e construído nos próximos dois anos pela Companhia de Engenharia Ferroviária

Jianchang da China (CRJE) a um custo estimado de 45 milhões de dólares norte-americanos.

Esta é a mesma empresa que fez parceria com a construção da ferrovia estratégica Tanzânia-Zâmbia (TAZARA) concluída em 1976 para reduzir a dependência das rotas do sul através da Rodésia e da África do Sul do apartheid, e considerada um símbolo da amizade China-África.

As relações contemporâneas continuam a ser fortalecidas através do Fórum sobre a Cooperação China-África (FOCAC) estabelecido pela África e pela China no ano 2000, que forneceu uma plataforma mais estruturada para aprofundar os laços entre a China e a África num amplo espectro de áreas políticas e económicas.

A Escola de Liderança Mwalimu Nyerere procura alcançar uma liderança transformadora, oferecendo cursos educacionais de liderança que atendam à necessidade de melhorar as preocupações regionais e a integração.

Este projecto surge como um marco significativo na região da SADC, em honra e recordação de Mwalimu, que é conhecido por partilhar os valores de integridade e

compromisso na liderança e a realização da libertação da região.

O projecto surge como um forte gesto no sentido de elevar uma geração jovem bem informada e preparada para posições influentes de liderança, rumo a um futuro comum baseado no desenvolvimento regional.

Espera-se que a Escola de Liderança Mwalimu Nyerere fortaleça as relações diplomáticas regionais e melhore os rendimentos da integração regional, acelerando o desenvolvimento económico através de currículos informados e discussões e palestras interativas.

O projecto responde à necessidade expressa pelos líderes da SADC em honrar o lendário trabalho de Mwalimu Julius Nyerere, que resultou na nomeação, em sua homenagem, ao Edifício da Paz e Segurança da União Africana na sua sede em Adis Abeba.

Julius Kambage Nyerere nasceu em Butiama, no norte da Tanzânia, a 13 de Abril de 1922 e morreu a 14 de Outubro de 1999. Muitos visitantes da região e de outros lugares fazem a viagem a Butiama para visitar seu túmulo e lembrar como ele usou a sua vida para transformar a África Oriental e Austral. sardc.net □

MWALIMU JULIUS Kambage Nyerere foi o pai da libertação da África Austral e um dos fundadores da SADC. Sua busca por uma sociedade socioeconómica equitativa através da autossuficiência coletiva era mais difícil do que ele imaginava, e ele disse uma vez que “somos muito bons em partilhar a riqueza na Tanzânia, mas eu gostaria que tivéssemos mais riquezas para partilhar. Mwalimu costumava dizer que a sua geração alcançou pelo menos um objectivo, o da libertação política da África, e que as próximas gerações devem seguir os próximos objectivos de desenvolvimento económico e prosperidade. □



Aproveitando o papel da informação na Gestão do Risco de Desastres

por Kizito Sikuka

“NÃO PODEMOS Parar os desastres naturais, mas podemos nos munir de conhecimento para que não haja perda de vidas humanas se estivermos devidamente preparados para enfrentar os desastres.”

Estas palavras são de Petra Némcová - uma das filantropas mais famosas que fundou uma organização que ajuda as vítimas de desastres naturais a reconstruir as suas vidas - lembram que é possível que a comunidade global enfrente os enormes desafios impostos pelos desastres naturais.

A SADC tem enfrentado ao longo das últimas décadas uma frequência crescente e severidade de secas associadas as mudanças e variabilidade climáticas, resultando em situações de insegurança alimentar. A região sofreu a pior seca em 35 anos durante a campanha agrícola 2015/16.

As secas frequentes viram o número de pessoas situação de insegurança alimentar na região a estar acima de 22 milhões por ano desde 2010, de acordo com o Secretariado da SADC.

Então, o que é que os Estados Membros da SADC estão a fazer para fortalecer a sua capacidade de lidar com desastres naturais como cheias e secas, cujo aumento da frequência e magnitude ameaçam desestabilizar a região?

“Colocámos em prática uma série de medidas, tanto a nível nacional como regional, para lidar com o impacto dos desastres naturais na África Austral,” disse Rachel Nandelenga, oficial de comunicação e advocacia do Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade da SADC (RVAA). num seminário regional de comunicação e advocacia, realizado em Joanesburgo, África do Sul, no final de Novembro.

Uma dessas estratégias é o estabelecimento do sistema de

Análise e Avaliação da Vulnerabilidade (VAA) em 1999, que procura monitorar a capacidade das famílias nos Estados Membros da SADC para lidarem com perigos externos.

Alguns dos elementos críticos do VAA incluem previsões meteorológicas e de produção agrícola, análises económicas domésticas e inquéritos de segurança alimentar e nutricional.

Por exemplo, a cada ano, um relatório que fornece uma visão geral da situação da segurança alimentar e dos meios de subsistência na região é produzido e disseminado para as partes interessadas, incluindo formuladores de políticas, para permitir que planeiem e se preparem antes da ocorrência de um desastre natural.

O sistema VAA é implementado através de comités de avaliação de vulnerabilidades nacionais multissetoriais que consistem em ministérios governamentais relevantes, organizações não-governamentais e parceiros internacionais de cooperação.

Actualmente 14 Estados Membros da SADC têm comités de avaliação de vulnerabilidade totalmente funcionais. Espera-se que os dois países restantes, a União de Comores e as Maurícias, estabeleçam os

comités em breve. Comores é o mais novo Estado membro da SADC.

Para complementar os comités nacionais de avaliação, a SADC estabeleceu o Comité Regional de Avaliações de Vulnerabilidade (RVAC) em 2000 para conduzir e coordenar a implementação do sistema VAA a nível nacional e regional.

O RVAC criou agora um programa RVAA, que visa fortalecer a capacidade dos Estados Membros para realizar e utilizar avaliações de vulnerabilidade para sustentar a formulação de políticas, programas de desenvolvimento e intervenções de emergência que levam a uma redução da vulnerabilidade na região.

Coordenado pela Unidade de Redução do Risco de Desastres (DRRU) no Secretariado da SADC, o programa, a ser implementado em três fases (ver as várias fases na tabela), visa integrar os sistemas VAA nas estruturas administrativas e financeiras dos Estados Membros para assegurar a implementação o programa.

Desde a sua criação, em 2006, o programa RVAA deu passos significativos no fornecimento de informação oportuna e credível que influenciou as políticas, e os seus produtos são agora um ponto de referência vital para os

responsáveis pela tomada de decisão em questões de segurança alimentar e nutricional.

No entanto, especialistas em comunicação reunidos em Joanesburgo para discutir o RVAA da SADC disseram que é necessário desenvolver uma estratégia de comunicação eficaz com vista a criar uma maior compreensão do programa e dos seus produtos.

Para este fim, um Plano de Comunicação e Advocacia, cobrindo o período 2018-2021, foi elaborado para mobilizar apoio e recursos, bem como para criar um ambiente propício para a implementação das actividades da VAA e melhorar a produção, globalização, disseminação e utilização de Produtos VAA.

O projecto de Plano de Comunicação e Advocacia propõe uma série de estratégias, incluindo a necessidade de ter comunicação RVAC e pontos focais de advocacia a nível dos Estados-Membros.

O seminário de comunicação e advocacia do SADC RVAA, realizado de 19 a 21 de Novembro, reviu o projecto de Plano de Comunicação e Advocacia do Programa RVAA e proporcionou uma oportunidade às pessoas de comunicação para se equiparem com habilidades para comunicar e disseminar eficazmente os produtos VAA. sardc.net □

Fases do Programa RVAA

Fase 1 (2005- 2011)	Fase 2 (2012 – 2016)	Fase 3 (2017-2021)
<ul style="list-style-type: none"> VACs criados Metodologia e ferramentas VAA desenvolvidas O programa sustentou abordagens mais amplas para combater a insegurança alimentar, incluindo redes de segurança e protecção social 	<ul style="list-style-type: none"> Escopo do VAA foi expandido para incluir áreas urbanas e problemas crónicos de vulnerabilidade, como género, HIV / SIDA e nutrição Diretrizes para integração da vulnerabilidade urbana; nutrição, género e HIV; e mercados em VAA foram desenvolvidos e pilotados Grandes avanços foram feitos para influenciar políticas e programas através de produtos e resultados de VAC. 	<ul style="list-style-type: none"> Focado em sustentar a qualidade e ampliar o VAA para cobrir vulnerabilidades crónicas, contribuir para meios de subsistência resilientes ao clima e enfrentar os desafios de institucionalização e desenvolvimento de capacidade dos NVACs. As três principais áreas de foco - Institucionalização e desenvolvimento de capacidades; - Fortalecimento de abordagens e ferramentas; e - Advocacia e desenvolvimento de liderança

Fonte: Brochura do Programa RVAA



Compromisso político é fundamental para o sucesso dos projectos de infraestruturas do PIDA

REDUZIR A falta de infraestruturas continua a ser um imperativo que os governos africanos devem considerar seriamente caso queiram que o continente concretize as aspirações do seu povo, conforme consagrado no seu plano de desenvolvimento, Agenda 2063 e a agenda global para o desenvolvimento sustentável.

Especialistas em infraestruturas que estiveram reunidos na 4ª Conferência da Semana do Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA), realizada em Novembro em Victoria Falls, Zimbabwe, concordaram que há necessidade de um compromisso político para desenvolver projectos de infraestruturas transfronteiriças que integrem o continente e beneficiem os seus cidadãos.

“Dada as limitadas de infraestruturas no continente, temos que manter os esforços para acelerar o desenvolvimento de projetos importantes de infraestruturas”, refere um comunicado emitido após a reunião.

Os especialistas observaram que os projectos do PIDA, especialmente projectos de infraestruturas transfronteiriças, têm a capacidade de reforçar a integração regional “e são um pré-requisito para liberar o potencial de crescimento da África”.

O PIDA é um modelo para a transformação das infraestruturas africanas para o período 2012-2040.

O programa foi adoptado por líderes africanos em Janeiro de 2012 e fornece uma estrutura estratégica para projectos prioritários de infraestruturas que devem transformar o continente numa região interligada e integrada.

A reunião observou que a África precisa de melhorar a taxa de implementação dos seus projectos prioritários de infraestruturas que estão sendo construídas, dos actuais 32% para mais de 50%, para alcançar as suas aspirações de desenvolvimento.

Além disso, os especialistas pediram a criação de um ambiente propício para o sector privado

juntar-se ao governo no desenvolvimento de infraestruturas no continente.

“Criar estruturas e mecanismos de boa governança para os projectos de infraestruturas de África não só aumentará a confiança dos investidores, como também garantirá a entrega atempada de projetos dentro do orçamento e da especificação”, disseram eles.

É também importante que o continente desenvolva uma infraestrutura flexível e inteligente, com orientação transfronteiriça, para impulsionar o crescimento socioeconómico no continente.

“O risco de projectos é necessário e crítico para assegurar que eles sejam lucrativos para atrair capital que continua praticamente ilusório”, diz o comunicado.

As infraestruturas, concordaram os delegados, não devem continuar no domínio do sector público, com os governos sendo instados a envolver o sector privado em projectos de longo prazo.

A reunião enfatizou a importância de instituições fortes no desenvolvimento de infraestruturas de África.

“As instituições relevantes devem facilitar a capacitação em áreas importantes de desenvolvimento de infraestruturas no continente. Isso impulsionará a capacidade técnica e as habilidades a todos os níveis do ciclo de vida do projecto, bem como instituições relevantes para

garantir uma infraestrutura eficiente de gestão e desenvolvimento”, diz o comunicado.

A reunião recomendou o estabelecimento de grupos de trabalho específicos para projectos do PIDA para se concentrar na transparência e disseminação de dados; trabalho de advocacia; desenvolvimento de projecto; revisão e financiamento; parcerias e capacitação.

Os parceiros de cooperação, incluindo a Comissão da União Africana (CUA), a Agência NEPAD, o Banco Africano de Desenvolvimento e a Comissão Económica para África (CEA), prometeram continuar a trabalhar em conjunto para criar mecanismos de capacitação sustentável para os principais sectores de infraestruturas do continente. e investir em esforços para acelerar o desenvolvimento de projetos fundamentais de infraestrutura.

Os parceiros prometeram lançar e usar o Kit de Ferramentas de Criação de Emprego do PIDA como parte do pacote e meios para atrair e convencer as principais partes interessadas, incluindo financiadores e parceiros de desenvolvimento, sobre os benefícios dos projetos prioritários do PIDA na fase de construção.

Recomendou-se também que o Plano de Acção Prioritário (2020-2030) do PIDA se baseie no processo de revisão e consulta em curso e garanta que ele tenha uma lista realista de projectos que

devem incluir todos os sectores.

Intervindo na reunião, o Ministro de Estado do Zimbabwe para a província de Matabeleland North, Richard Moyo, disse que é necessário que a África acelere a implementação dos projectos do PIDA.

“Isso nos permitirá adicionar ímpeto ao processo de integração do continente. Precisamos ter a combinação certa de infraestruturas e alinhar os nossos projectos nacionais de infraestruturas ao programa PIDA para obter ganhos coletivos”, disse ele, acrescentando que nada seria impossível se a África se unisse e ficasse focada no que teria concordado.

O Diretor Executivo da NEPAD, Ibrahim Mayaki, concordou, dizendo que é preciso que o continente acelere a entrega de projectos de infraestrutura como um só.

“Precisamos continuar possibilitando um diálogo construtivo com todos os parceiros, incluindo o sector privado, para que possamos realizar concretamente”, disse ele.

É fundamental que os países africanos promovam e adiram à boa governação para atrair potenciais financiadores e garantir o desenvolvimento sustentável no continente.

A 4ª Semana do PIDA decorreu sob o lema “Realizando a Integração da África através de Infraestruturas Inteligentes e Boa Governação”. □

Situação dos Projectos do PIDA

Estágio do Projecto	Continental	AMU	COMESA	EAC	ECCAS	ECOWAS	IGAD	SADC	TOTAL
S1: Definição do Projecto		2	2	13	3	9	4	13	46
S2A: Pre-viabilidade		4	5	6	12	1	2	8	38
S2B: Viabilidade			4	5	4	7		7	27
S3A: Estruturação do Projecto		1	2	11	2	5	2	8	31
S3B: Apoio a transição e encerramento financeiro		1		9	2	1		4	17
S4A: Concurso			9	5	1	4	1		20
S4B: Estrutura	1	1	4	19	19	22	2	12	80
S4C: Operação	1	4	7	19	2	15	1	8	57
Total	2	13	33	87	45	64	12	60	316

Fonte: PIDA



SADC lança Centro de Energia Renovável

O ESTABELECIMENTO DE um Centro Regional de Energia Renovável na África Austral deverá percorrer um longo caminho para assegurar a harmonização de normas numa região inundada por um influxo de vários produtos e tecnologias solares.

Este foi um dos principais sentimentos expressos durante o lançamento oficial do Centro para a Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) em Windhoek, Namíbia, no dia 24 de Outubro.

A maioria dos palestrantes durante a cerimónia disse que o SACREEE deve actuar como uma “câmara de compensação” para estabelecer padrões no sector de energia renovável da SADC.

Os intervenientes do sector estão actualmente autorizados a importar quaisquer produtos e tecnologias de energia renovável sem aderir a nenhum padrão definido.

De acordo com o Ministro dos Recursos Minerais, Tecnologia Verde e Segurança Energética do Botswana, Eric Molale, a região tem importado produtos e tecnologias que não foram concebidos para as condições locais.

Ele narrou um incidente no qual um de seus funcionários comprou painéis solares de um distribuidor de Botswana, mas os produtos derretiam em poucos dias porque não eram feitos para as condições locais.

“O SACREEE deve, portanto, ser o nosso instrumento para garantir que as tecnologias que importadas sejam adequadas às nossas condições climáticas”, disse Molale.

O Ministro de Minas e Energia da Namíbia, Tom Alweendo, disse que além de ser uma câmara de compensação para os padrões do sector, o estabelecimento do SACREEE ocorre numa altura em que o cenário global de energia renovável está mudando rapidamente em termos de desenvolvimento de novas tecnologias.

“As tecnologias de energia renovável estão mudando rapidamente e precisamos ser capazes de nos mover com as mudanças. Acreditamos que o SACREEE poderia nos ajudar nesse sentido”, disse Alweendo.

O SACREEE deve liderar a promoção do desenvolvimento de energias renováveis na região, entre outras actividades.

Espera-se que contribua substancialmente para o desenvolvimento de mercados regionais prósperos de energia renovável e eficiência energética através da partilha de conhecimentos e assessoria técnica nos domínios da política e regulamentação, cooperação tecnológica, desenvolvimento de capacidades, bem como promoção de investimentos.

Foi acordado que o centro deve ser uma instituição independente da SADC que deve ser propriedade e apoiada pelos Estados Membros para fins de sustentabilidade.

Tal desenvolvimento daria ao centro mais autoridade para liderar os esforços para aumentar a captação de fontes de energia renováveis na região.

A SADC está a trabalhar em estreita colaboração com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e a Agência de Desenvolvimento Austríaca (ADA) para acelerar a implementação.

O Director-Geral da ADA, Martin Ledolter, disse que o SACREEE ajudaria a SADC a atingir o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 7 sobre o acesso universal a serviços de energia sustentáveis até 2030.

“A nossa parceria com a UNIDO na rede global de centros de energia sustentável - dos quais o SACREEE é membro - é um exemplo significativo de como estamos juntando os esforços globais para tornar o SDG7 uma realidade para todos”, disse Ledolter.

De acordo com a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, cerca de 61 por cento dos mais de 300 milhões de pessoas na África Austral recebem “as suas necessidades diárias de energia para aquecimento de espaços e cozinha recolhendo lenha, resíduos agrícolas e resíduos animais”.

“As iniciativas em curso a nível nacional que são estimuladas por meio do comprometimento regional resultaram no aumento da média ponderada no acesso à electricidade de 36%, em Junho de 2013, para 48%, em Junho de 2018”, disse a Dra. Tax num discurso lido em seu nome pelo Dr. Domingos Gove, Director de Segurança Alimentar, Agricultura e Recursos Naturais do Secretariado da SADC.

A ADA apoia sete centros de energia renovável em todo o mundo. O primeiro centro regional de energia renovável e eficiência energética foi inaugurado em 2010 na África Ocidental.

Outros cinco foram criados na África Oriental, na África Austral, nas Caraíbas, na região do Pacífico e na América Central. Um outro centro está no estágio de planeamento no Himalaia.

O lançamento oficial do SACREEE faz parte da Primeira Fase Operacional do centro, durante a qual se concentrou principalmente no desenvolvimento de programas de energia renovável para a região e na mobilização de recursos.

Inicialmente definida para funcionar entre 2014 e 2017, a fase atrasou a conclusão em um ano.

A Segunda Fase Operacional, de 2018-2021, se concentrará em actividades para garantir a sustentabilidade do centro após a saída de parceiros internacionais de cooperação.

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, a África Austral tem o potencial para se tornar uma “mina de ouro” para energias renováveis devido aos abundantes recursos solares e eólicos que são



ERGIA A AUSTRAL



Plano regional de energia vai impulsionar o comércio de energia dentro da SADC

agora muito procurados pelos investidores internacionais na busca de energia limpa.

Por exemplo, o potencial global de energia hidroeléctrica na SADC é estimado em cerca de 1.080 terawatts-hora por ano (TWh / ano), mas a capacidade actualmente utilizada é de pouco menos de 31 TWh / ano. Um terawatt é igual a um milhão de megawatts.

A região da SADC é também imensamente dotada de cursos de água como o Congo e o Zambeze, com a Barragem de Inga situada no

Rio Congo a ter o potencial para produzir cerca de 40.000 megawatts (MW) de electricidade, de acordo com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral.

No que diz respeito à energia geotérmica, o Fundo das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente estimam que cerca de 4.000 MW de electricidade estão disponíveis ao longo do Vale do Rift na Tanzânia, Malawi e Moçambique. sardc.net □

O PLANO recentemente adoptado do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) tem a capacidade de aumentar o comércio de energia dentro da SADC e reduzir o custo do fornecimento de energia na região.

Especialistas em energia que se reuniram no final de Novembro num seminário de Disseminação do Plano do SAPP, na África do Sul, disseram que o plano aproveita a complementaridade dos diversos recursos energéticos regionais para aumentar o acesso, reduzir a carga e proporcionar uma melhor qualidade de serviço na região.

Abrangendo o período 2017-2040, o Plano do SAPP pretende identificar um conjunto básico de investimentos de produção e transmissão de importância regional que possam assegurar o fornecimento adequado de electricidade à região de maneira eficiente, económica e social e ambientalmente sustentável.

O plano prevê, entre outros benefícios no sector eléctrico, que as energias renováveis, especialmente a produção de energia hidráulica e de gás, atenderão a um componente substancialmente maior da capacidade geral de produção na região.

"Agora registamos a energia eólica em 4% e a energia solar em 3% da oferta e recebemos as concessionárias e o sector privado para impulsionar coletivamente a agenda para produzir energia mais limpa para nosso povo", disse o Gestor do Centro de Coordenação do SAPP, Stephen Dihwa.

Ele disse que o SAPP comprometeu recursos para continuar actualizado as premissas de planeamento no Plano do SAPP de forma a assegurar que ele reflita o ambiente regional em rápida mudança e os avanços tecnológicos no sector de energia.

O SAPP é um órgão regional que coordena o planeamento, a produção e a transmissão de electricidade em nome das empresas públicas dos Estados membros na África Austral.

As empresas de electricidade nos Estados-Membros da SADC continental, com excepção de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia, estão interligadas através do SAPP, permitindo-lhes vender electricidade entre si através de um mercado competitivo. ESI

Central de Batoka vai iluminar a África Austral

A ZÂMBIA E o Zimbabwe retomaram as consultas sobre um projecto para construir a há muito esperada central hidroeléctrica de Batoka Gorge.

O desfiladeiro de Batoka está localizado a cerca de 50 quilómetros a jusante das imponentes Cataratas Vitória, que são partilhadas pelos dois países.

Quando estiver operacional, a central, avaliada em 5,2 biliões de dólares norte-americanos, terá capacidade para produzir até 1.600 megawatts (MW), energia suficiente para dar uma contribuição significativa para ajudar tanto os dois países como toda a região da SADC a suprir as suas necessidades energéticas.

O presidente do Zimbabwe, Emmerson Mnangagwa, disse que as discussões com a Zâmbia foram retomadas para garantir que a construção da hidroeléctrica comece em breve.

"Escrevi ao presidente Edgar Lungu, da Zâmbia, propondo que um consórcio de Energia da China e da General Electric fosse contratado para trabalhar no projecto, que tem sido excelente desde 1972, quando foi proposto pela primeira vez."

Mnangagwa disse que "o consórcio está preparado para fazer uma apresentação" sobre o plano de implementação do projecto.

A Autoridade do Rio Zambeze (ZRA), que gere o rio Zambeze, onde será construída a central eléctrica de Batoka Gorge, aprovou o projecto há alguns anos.

As especificações do projecto pela ZRA indicam que o projecto será realizado numa base de construção, operação e transferência a montante do sistema hidroeléctrico da barragem de Kariba.

O sistema terá duas estações de energia subterrâneas em cada lado do rio Zambeze que terão quatro turbinas de 200MW, produzindo um total de 1.600 MW para a central.

A central hidroeléctrica de Batoka foi identificada como um dos projectos energéticos mais atractivos da região, com potencial para ajudar a África Austral a explorar o enorme potencial hídrico do rio Zambeze.

Financiamento limitado foi identificado como um dos principais obstáculos para tornar a usina Batoka Gorge uma realidade.

No entanto, ambos os países estão determinados a resolver os desafios e aproveitar a energia hídrica do rio Zambeze.

A estação hidroeléctrica de Batoka Gorge, que está projectada há muitos anos, deve ser concluída dentro de cinco a seis anos. □



Programa de apoio à implementação da Agenda Regional

A SADC assinou um programa de 18,7 milhões de Euros com a União Europeia e a Alemanha, com o objectivo de fortalecer a implementação da Agenda de Integração Regional.

O Secretariado da SADC, a Delegação da União Europeia, no Botswana, a SADC e a Alemanha lançaram o Programa Integrado de Capacitação Institucional da SADC (IICB) em Gaborone, Botswana, no dia 23 de Novembro.

O IICB visa reforçar a capacidade do Secretariado e das estruturas nacionais nos Estados Membros da SADC para facilitar e coordenar a implementação dos programas regionais conforme identificados no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC, um quadro de desenvolvimento e implementação que orienta a agenda de integração regional da SADC.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que o IICB incidirá em actividades com impacto em estruturas de coordenação sectoriais nas áreas de industrialização,

agricultura e desenvolvimento de infraestruturas.

O Chefe da Delegação da União Europeia no Botswana e na SADC, Jan Sadek disse que as relações entre a UE e a SADC foram muito positivas na última década e indicou que a UE procura intensificar as relações existentes e envolvê-las “rumo a uma verdadeira parceria de igualdade, uma parceria baseada em interesses e valores

estratégicos comuns e avançada através do diálogo político”.

Nos próximos quatro anos, o apoio da UE à SADC deverá atingir mais de 150 milhões de Euros, dos quais cerca de 80 milhões serão geridos directamente pela SADC.

O embaixador da Alemanha no Botswana e na SADC, Ralf Andreas Breth, disse que o lançamento do IICB reflete e reforça a crença da Alemanha

de partilhar as experiências europeias e oferecer oportunidades para a SADC e outras organizações regionais.

O IICB é co-financiado pela UE e pelo governo da Alemanha. A UE está a fornecer um total de 13,2 milhões de Euros, enquanto a Alemanha irá fornecer 5,5 milhões de Euros através do Ministério Federal Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. □

SADC e Rússia assinam acordo de cooperação

A SADC e a Rússia assinaram um acordo de cinco anos sobre os Princípios Básicos de Relações e Cooperação, que visa fornecer um quadro de cooperação.

O acordo foi assinado em 23 de Outubro em Moscovo, Rússia, pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Russo, Sergey Lavrov.

Lavrov disse que a assinatura do Memorando de Entendimento marca o começo

de um capítulo importante na consolidação das relações entre a SADC e a Federação Russa.

Ele disse que a Rússia intensificou os esforços para fortalecer as suas relações mutuamente benéficas com a África, acrescentando que seu país continua a apoiar várias iniciativas no continente, incluindo a manutenção da paz e o desenvolvimento de infraestruturas.

Para fortalecer as relações, ele disse que a Rússia está se preparando para convocar uma Cimeira Rússia-África em 2019,

que reunirá Chefes de Estado e Governo da África e da Rússia.

A Dra. Tax disse que a assinatura do memorando de entendimento foi um passo gigantesco no sentido de forjar uma cooperação mais estreita entre a SADC e a Federação Russa em benefício dos povos da África Austral e da Rússia.

Ela disse que o Secretariado da SADC ajudará os seus Estados Membros a desenvolver e implementar programas e projectos estratégicos com parceiros da Federação Russa.

SADC e ONU fortalecem cooperação política

A SADC e as Nações Unidas acordaram em reforçar a cooperação e parcerias estratégicas na área da política, paz e segurança.

Falando durante uma visita ao Secretariado pelo Secretário-Geral Adjunto da ONU para os Assuntos Políticos, Tayé-Brooke Zerihoun em Outubro, a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax agradeceu o apoio prestado pelas agências da ONU à região da SADC.

Ela citou o papel das Nações Unidas no apoio e financiamento de actividades críticas relacionadas com o

Projecto do Diálogo Nacional de Estabilização do Lesotho, bem como compromissos de colaboração da SADC, UA (União Africana) e enviados especiais da ONU em relação ao apoio a Madagáscar para alcançar progressos na sua política de estabilização.

A SADC, a UA e a ONU tiveram que intervir em Madagáscar no início deste ano, após violentos protestos entre o partido no poder e as forças da oposição.

Os ex-Presidentes Marc Ravalomanana e Andy Rajoelina opuseram-se a algumas das leis eleitorais

propostas pelo actual Presidente Hery Rajaonarimampianina, argumentando que as novas leis visam impedir que participem das eleições que foram marcadas para Novembro.

A SADC respondeu enviando o antigo líder moçambicano Joaquim Chissano para facilitar um diálogo nacional destinado a resolver as tensões políticas e chegar a um consenso sobre o processo eleitoral no Madagáscar.

A mediação culminou com a realização das eleições presidenciais a 7 de Novembro, que não resultou em um

vencedor absoluto e viu Ravalomanana e Rajoelina a participarem numa segunda volta a 19 de Dezembro.

A Dra. Tax agradeceu a colaboração com a ONU através da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) onde a SADC enviou tropas para a MONUSCO.

Durante a reunião, os dois discutiram várias questões, incluindo a necessidade de fortalecer a cooperação e as parcerias estratégicas entre as duas organizações. □

Economia Azul

A "nova fronteira do renascimento africano"

por Admire Ndhlovu

A RECENTE conferência global sobre a "Economia Azul" foi um desenvolvimento bem-vindo que proporcionou uma oportunidade para a África destravar o seu potencial e alcançar o desenvolvimento sustentável.

Reunida em Nairobi, Quênia, de 26 a 28 de Novembro, para a Conferência sobre a Economia Azul, a comunidade global analisou como alcançar o uso sustentável e a conservação dos recursos aquáticos para melhorar o bem-estar humano, a equidade social e os ecossistemas saudáveis.

Economia azul é um termo usado para se referir ao uso sustentável de recursos oceânicos para o crescimento económico, melhores meios de subsistência e empregos, preservando a saúde do ecossistema oceânico.

Os maiores sectores da economia aquática e oceânica africana são a pesca, a aquicultura, o turismo, os transportes, os portos, a mineração costeira e a energia.

A União Africana denominou agora a Economia Azul como a "Nova Fronteira do Renascimento Africano".

Dos 54 países da África, 38 são costeiros, e mais de 90% das importações e exportações no continente são realizadas por via marítima - ressaltando a importância da Economia Azul na agenda de desenvolvimento do continente.

Com o tema "Economia Azul e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", a Conferência da Economia Azul discutiu novas tecnologias e formas inovadoras de aproveitar todo o potencial dos oceanos, mares, lagos e rios em África, bem como os desafios, potenciais oportunidades, prioridades e parcerias.

No seu discurso de abertura, a Secretária do Gabinete Queniano para o Ministério das Relações Exteriores, Mônica Juma, disse que os oceanos, mares, lagos e rios possuem capital natural que poderia ser usado para acelerar o crescimento económico, criando emprego e reduzindo a pobreza.

Para conseguir isso, os governos, o sector privado e a sociedade civil se comprometeram a promover uma Economia Azul sustentável em vários campos, incluindo protecção marinha, plásticos e gestão de resíduos, desenvolvimento da pesca, financiamento, infraestruturas e biodiversidade e mudanças climáticas.

A República Unida da Tanzânia está comprometida com a integração da Economia Azul, incluindo as mudanças climáticas e a sustentabilidade ambiental, no seu planeamento de desenvolvimento, de acordo com o Presidente Ali Mohamed Shein, de Zanzibar, que falou na conferência.

Para os países insulares, como as Ilhas Maurícias, os recifes de coral fornecem habitat para diversas espécies aquáticas e actuam como barreira natural para proteger as cidades e comunidades costeiras das cheias.

Como observado pelo Ministro da Economia do Oceano, Premdud Koonjoo, a ilha está empenhada em restaurar os recifes de coral degradados aumentando o número de viveiros de corais de 18 para 30, realizando um levantamento de recursos marinhos para identificar novas espécies e as suas potenciais reservas, e monitorando e restaurando as plantas do mar.

Da mesma forma, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique de 2017 inclui medidas para restaurar 5.000 hectares de mangais até 2023, bem como o estabelecimento de um observatório da Economia Azul para coordenar, harmonizar e maximizar o uso do mar e acções para combater o lixo marinho.

A Estratégia da Economia Azul da Namíbia 2017-2022 aborda a mineração marinha, o desenvolvimento do turismo, a infraestrutura e os serviços portuários, e erradica a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, entre outras questões. O país está empenhado em promover a cadeia de valor azul, incorporando os sectores de pesca e turismo e já está se movendo em direção à

dessalinização da água do mar para agricultura, uso doméstico e industrial. A Namíbia deve alocar 5 milhões de dólares norte-americanos para protecção e pesquisa marinha.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), um dos pilares da proposta da Comunidade Económica Africana, já está a tomar medidas para promover o desenvolvimento da sua Economia Azul.

Nove Estados Membros da SADC são costeiros e possuem um enorme potencial de Economia Azul - Angola, União das Comores, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul e Tanzânia.

Entre as oportunidades da Economia Azul na região da SADC estão os vastos recursos renováveis, como energia das marés, correntes oceânicas e conversão de energia térmica oceânica, bem como a segurança alimentar e nutricional da pesca e da aquicultura.

Outras oportunidades para a região incluem turismo marinho e costeiro, navegação, mineração e serviços ecossistémicos, como a captura de carbono, filtração de água, regulação atmosférica e de temperatura e protecção contra erosão e eventos climáticos extremos.

Para explorar plenamente a sua Economia Azul, a SADC está a avançar para uma estratégia para desenvolver uma economia marítima próspera e aproveitar todo o potencial das actividades marítimas de uma forma ambientalmente sustentável.

Vários documentos regionais, incluindo o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto da SADC (2015-2020) e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015-2063), identificam a Economia Azul como uma área potencial para o crescimento sustentável na região.

A estratégia de industrialização, por exemplo, exige que a iniciativa da Economia Azul seja incorporada ao desenvolvimento da

infraestrutura necessária para acelerar a industrialização.

Vários Estados membros da SADC, como as Maurícias, a Namíbia, as Seychelles e a África do Sul, já desenvolveram estratégias de Economia Azul e mecanismos institucionais a nível nacional.

A iniciativa da Economia Azul é, portanto, oportuna para a região da SADC, que testemunhou descobertas significativas de grandes reservas de petróleo e gás natural em países como Moçambique, Namíbia e Tanzânia nos últimos anos, indicando um enorme potencial para exploração do recurso na região. .

A este respeito, é fundamental que a SADC e o resto do continente africano desenvolvam uma estratégia integrada de Economia Azul.

O conceito de Economia Azul tem sido debatido em vários fóruns. Ele foi destaque durante a Cimeira Rio + 20 realizada no Brasil em 2012, cujos resultados provaram ser um forte catalisador para impulsionar novos esforços para a implementação de compromissos anteriores e novos em águas oceânicas e interiores.

A nível africano, a Economia Azul é encapsulada na Estratégia Marítima Integrada Africana da UA 2050 (AU 2050 AIMS), e é uma parte central da Agenda 2063 da UA, onde é reconhecida como um catalisador para a transformação socioeconómica.

Em Julho de 2015, a UA lançou o Dia Africano (25 de Julho) e a Década dos Mares e Oceanos 2015-2025 para promover a acção na Economia Azul.

A conferência inaugural da Economia Azul em Nairobi reuniu quase 19.000 participantes de 184 países, incluindo sete Chefes de Estado e Governo e 84 Ministros.

Vários líderes da SADC, incluindo os Presidentes Filipe Jacinto Nyusi de Moçambique e Danny Faure das Seychelles, bem como o Primeiro Ministro Saara Kuugongelwa-Amadhila, da Namíbia, participaram. sardc.net



SADC prepara-se para liderar tarefas de manutenção da paz em África

A **DESIGNAÇÃO** usada para o exercício regional de manutenção da paz realizado no Malawi incorpora perfeitamente o que a África vem procurando - um continente integrado, próspero e pacífico.

O exercício UMODZI, que na língua indígena do Malawi chiChewa significa “solidariedade, parceria e unidade”, procurou preparar militares, polícias e civis da SADC para desempenharem eficazmente as suas obrigações de manutenção da paz em África.

De acordo com o Secretariado da SADC, espera-se que a África Austral assuma as suas responsabilidades de manutenção da paz a nível continental no âmbito da Força de Prontidão Africana (ASF) em Janeiro de 2019.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é o actual líder da ASF.

A ASF é uma ferramenta importante da arquitetura africana de paz e segurança para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente.

É uma força multidisciplinar de manutenção da paz composta por contingentes militares, policiais e civis destacados para responder rapidamente a uma crise sem qualquer interferência política e burocracia pesada.

A ASF, que se tornou totalmente operacional em 2016, baseia-se em arranjos de prontidão entre as cinco sub-regiões da África: África do Norte, África Oriental, África Central, África Ocidental e África Austral.

A este respeito, foi acordado que as várias Comunidades Económicas Regionais ou Mecanismos Regionais sejam colocadas numa base rotativa semestral para liderar a ASF.

Assim, a oportunidade para a SADC assumir as suas funções de liderança da ASF terá início a 1 de Janeiro de 2019 até 30 de Junho de 2019.

A Força de Prontidão da SADC, ou Brigada, foi criada através de um Memorando de Entendimento (MoU) assinado pelos Chefes de Estado e de Governo da SADC em Lusaka, Zâmbia em 2007.

A força da SADC funciona como uma ferramenta do Órgão de Cooperação Política, Defesa e de Segurança da SADC e recebe a sua orientação do Comité de Chefes de Defesa da SADC e do Comité de Chefes de Polícia da SADC para providenciar esforços de construção da paz na região.

Esses esforços de construção da paz



incluem desarmamento e desmobilização pós-conflito e assistência humanitária em áreas de conflito e áreas afectadas por grandes desastres naturais, como secas e cheias.

A formação do pessoal é principalmente conduzida pelo Centro Regional de Formação de Manutenção da Paz da SADC, localizado em Harare, Zimbabwe, bem como outras instituições nacionais de formação em apoio da paz.

Em preparação para assumir as suas funções de manutenção da paz a nível continental, a SADC esteve envolvida em vários exercícios militares, sendo o mais recente o Exercício UMODZI.

O Exercício UMODZI foi realizado de 1 a 17 de Outubro no Malawi.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que o exercício visava reforçar as capacidades de resolução de conflitos da região e do continente em cumprimento parcial da aspiração da UA para Calar as Armas até 2020.

Ela disse que a paz e a estabilidade são um canal essencial para o desenvolvimento sustentável e para a integração regional, por isso é necessário que todos os países exibam o espírito da UMODZI, que são solidariedade, parceria e unidade para lidar e gerir quaisquer conflitos na SADC e em África.

“A paz e a segurança continuam a ser um dos ingredientes importantes para o desenvolvimento socioeconómico sustentável da região da SADC.”

Os participantes do Exercício UMODZI, realizado na Faculdade de Forças Armadas do Malawi, em Salima, foram expostos a vários treinamentos, incluindo as complexidades modernas associadas às operações de manutenção da paz.

O grupo de participantes que incluía militares, polícias e civis dos diferentes Estados Membros também trocaram ideias e aprendizagens entre si.

Essa exposição e o trabalho conjunto é fundamental, uma vez que as complexidades em constante mudança na natureza dos conflitos se transformaram a tradicional simples operação de manutenção da paz em missões multidimensionais e altamente complexas.

A este respeito, é necessário que as operações de apoio à paz a nível regional, continental e internacional sejam bem coordenadas, harmonizadas e integradas para assegurar uma coesão efetiva na execução de diferentes tarefas de manutenção da paz.

A SADC realizou com sucesso uma série de exercícios militares na região. Estes incluem o Exercício inaugural do Blue Hungwe que foi realizado em 1997 no Zimbabwe.

Outros exercícios notáveis são o Blue Crane, realizado na África do Sul em 1999, e o Tanzanite, realizado na Tanzânia em 2002, bem como o Exercício Thokgamo, que decorreu em 2005 no Botswana, e o Exercício Gofinho, realizado na África do Sul em 2009. sardc.net □



Eições na RDC marcadas para 23 de Dezembro

A SADC expressou solidariedade com o povo da República Democrática do Congo enquanto se prepara para realizar eleições gerais a 23 de Dezembro.

Isto ocorreu após a destruição inesperada de materiais eleitorais por um incêndio no dia 13 de Dezembro num dos armazéns centrais da Comissão Nacional Eleitoral Independente (CENI), em Kinshasa.

O Presidente da SADC, Presidente Hage Geingob, da Namíbia, disse que todas as partes interessadas devem procurar promover uma cultura de tolerância e contenção e garantir que as eleições não sejam apenas bem-sucedidas, mas também pacíficas e transparentes.

“A SADC deseja enfatizar ainda mais que as próximas eleições representam um marco importante na história da RDC e são fundamentais para o estabelecimento de uma paz sustentável e estabilidade política”, disse o Dr. Geingob num comunicado.

A SADC tem se preocupado com a situação política e eleitoral na RDC desde 1998, quando o País aderiu à SADC.

Segundo a CENI, um total de 21 candidatos participará das eleições presidenciais, enquanto mais de 15 mil candidatos disputarão as eleições parlamentares.

Alguns dos principais candidatos à presidência incluem o ex-Ministro do Interior, Emmanuel Shadary, que conta com o apoio do actual Presidente, Joseph Kabila.

Outros são Felix Tshisekedi, presidente do principal partido de oposição, União para a Democracia e o Progresso Social; e Vital Kamerhe da União para a Nação Congolesa que ficou em terceiro lugar na última eleição realizada em 2011.

As eleições na RDC tinham sido inicialmente marcadas para 2016, quando o segundo e último mandato do Presidente Kabila terminou. No entanto, vários desafios, incluindo a instabilidade interna e o conflito no leste do país, bem como a falta de capacidade da comissão eleitoral, impediram a realização das eleições nessa altura.

Ao abrigo da constituição da RDC, Kabila não é elegível para concorrer nas próximas eleições.

Rumo a estabilidade no Lesotho

LÍDERES POLÍTICOS e outras partes interessadas do Reino do Lesotho assumiram o compromisso de trabalhar juntos para encontrar uma solução duradoura para os desafios que o País enfrenta.

O compromisso foi assumido durante um histórico diálogo nacional multisectorial realizado no final de Novembro como parte de planos mais amplos para implementar o Roteiro de Reformas do Lesotho.

O Roteiro das Reformas do Lesotho, que está em consonância com as recomendações feitas pela SADC em 2014 ao governo do Lesotho, é um plano de reformas multisectoriais que procura identificar soluções imediatas e a longo prazo para alcançar a estabilidade política e de segurança.

Reunidos em Maseru nos dias 26 e 28 de Novembro, os líderes políticos e outras partes interessadas concordaram com medidas amplas, incluindo a necessidade de concluir as reformas constitucionais e do sector de segurança até Maio de 2019.

De acordo com o roteiro de reformas, as reformas constitucionais e do sector de segurança são um dos principais pontos de discórdia que foram necessários devido à “falta de consenso sobre como governar o Lesotho, incluindo como o poder deve ser dividido”.

Além disso, o sector de segurança tem sido responsável por uma “parte substancial da culpa pela instabilidade política cíclica no país”.

Por exemplo, o assassinato do Chefe do Estado Maior das Forças de Defesa do Lesotho (LDF), Khoantle Motsomotso, em Setembro de 2017, ameaçou os esforços para promover e encontrar uma solução duradoura para a situação política no país.

De facto, um incidente semelhante de um suposto golpe em Junho de 2015, liderado pelo ex-Chefe do Exército, o General Maaparankoe Mahao mergulhou o País numa crise.

A este respeito, para ajudar a resolver os desafios políticos no Lesotho, a SADC enviou uma força de interposição em Setembro de 2017 para monitorar a situação no País.

Além disso, foi criado um Comité de Supervisão da SADC para actuar como um mecanismo de aviso prévio para a situação política no Lesotho. O comité monitorou e ajudou o reino a implementar as decisões da SADC.

Estes esforços regionais da SADC

foram um desenvolvimento bem-vindo para o País, e a reunião de diálogo em Novembro prometeu a sua “aceitação total e incondicional das Decisões e Recomendações da SADC”.

“Enfatizamos os nossos compromissos com a Missão de Observadores da SADC no Relatório Lesotho de SOMILES de 2014 e o Roteiro das Reformas do Lesotho que fez recomendações para uma solução a longo prazo para alcançar a estabilidade política e de segurança”, diz parte do comunicado divulgado após o diálogo.

“Apoiamos a adopção do roteiro para reformas e relembramos a recomendação da SADC de priorizar as reformas constitucionais e do sector de segurança que devem ser concluídas até Maio de 2019.”

Os líderes políticos e outras partes interessadas adotaram os Termos de Referência e a nomeação dos membros do Comité Nacional de Planeamento do Diálogo do Lesotho (NDPC).

O NDPC irá, entre outros assuntos, “desenvolver um documento que reflita as questões identificadas que devem ser apresentadas para discussão e consulta ao povo do Lesotho”, de acordo com o comunicado.

Outra actividade importante para o comité é rever e consolidar vários relatórios de reuniões e desenvolver propostas para consideração e decisão pelo segundo plenário do segundo diálogo que se concentrará na Legislação e Reformas Constitucionais.

O diálogo nacional multilateral do Lesotho foi realizado sob o lema “O Lesotho que queremos: Reformas Nacionais Integrais”.

Lesotho viveu instabilidade política recorrente desde sua independência em Outubro de 1966. Os problemas políticos forçaram o País realizar três eleições nacionais durante os últimos seis anos.

O recente compromisso dos líderes políticos e outras partes interessadas é, portanto, um desenvolvimento positivo no sentido de encontrar uma solução duradoura para os desafios políticos no País. □

A MISSÃO Preventiva da SADC no Lesotho (SAPMIL) foi oficialmente encerrada após melhorias significativas no ambiente político no País. A SAPMIL foi lançada em Novembro de 2017 para facilitar um ambiente seguro, estável, pacífico e propício para a implementação de várias decisões regionais, incluindo reformas do sector de segurança. Notando o progresso constante em direção à paz e estabilidade, a SADC encerrou a missão a 20 de Novembro.

GÉNERO
16

DAYS
OF

ACTIVISM

OUR STREETS TOO

25 November - 10 December 2018

16 days of activism against gender-based violence

STOP
THE
VIOLENCE

Speak out
for girls' rights

#OurStreetsToo

SADC empenhada em reduzir a violência baseada no género

A VIOLÊNCIA contra mulheres e raparigas é uma pandemia na África Austral e um obstáculo à igualdade, desenvolvimento, paz e direitos humanos.

Esta é a mensagem da Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, na sua contribuição para os 16 dias de Activismo contra a Violência Baseada no Género (VBG).

Os 16 Dias de Activismo contra a VBG é uma campanha global anual dedicada à consciencialização e defesa para acabar com a violência contra mulheres e raparigas.

A campanha decorre todos os anos a partir de 25 de Novembro, que marca o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres a 10 de Dezembro, que é dedicado aos Direitos Humanos. "Como região, não podemos ficar calados e inativos perante a VBG", disse a Dra. Tax, acrescentando que "o silêncio e o estigma permitiram que a violência contra as mulheres alcançasse proporções pandémicas".

Ela disse que "ao perceber que a violência contra mulheres e raparigas continua a ser um obstáculo para alcançar a igualdade, o desenvolvimento, a paz e o cumprimento dos direitos humanos de mulheres e meninas", a região apresentou várias medidas para enfrentar este desafio.

Por exemplo, vários documentos e estruturas estratégicas regionais, incluindo o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto, e o Plano Indicativo Estratégico para o Órgão de Cooperação Política, Defesa e

Segurança, consideram a GBV uma área crítica de preocupação.

De facto, esses documentos regionais afirmam claramente os princípios do empoderamento das mulheres e da igualdade de género, e reconhecem a prevenção e a redução da VBG como catalisadores para a obtenção de um ambiente propício à paz e à segurança.

O Protocolo Revisto da SADC sobre o Género e Desenvolvimento identifica a GBV como uma área de preocupação e propõe várias abordagens para lidar com esta pandemia.

O Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento prevê o empoderamento das mulheres, a eliminação da discriminação e a obtenção da igualdade e igualdade de género através da promulgação de legislação sensível ao género e implementação de políticas, programas e projectos.

O protocolo foi revisto em 2016 para alinhar as disposições com questões emergentes, como as mudanças climáticas e casamentos infantis, bem como várias metas e instrumentos globais, como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2063 e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063.

Segundo a Dra. Tax, para intensificar a luta contra a VBG, a região pôs em prática outros quadros legais como a Estratégia Regional de VBG 2018-2030 e o seu Quadro de Acção e a Estratégia Regional da SADC sobre Mulheres, Paz e Segurança 2018-2022. A Estratégia Regional da SADC sobre Mulheres, Paz e

Segurança dá a devida atenção à necessidade de incluir as mulheres nas instituições e processos do sector de segurança nacional e a necessidade de combater quaisquer violações dos direitos humanos de mulheres e crianças com ênfase no combate à VBG sexual.

A Estratégia Regional de Violência Baseada no Género da SADC foi desenvolvida para assegurar a implementação efectiva e eficiente do Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento, com um foco específico nos Artigos que abordam a GBV.

A SADC também desenvolveu o Plano Estratégico de Acção de 10 Anos para o Combate ao Tráfico de Pessoas (TIP), especialmente Mulheres e Crianças (2009 - 2019).

A VBG é usada para manipular e controlar mulheres, homens, rapazes e raparigas que são vítimas de tráfico de pessoas. O TIP afectou um número de pessoas na SADC, com vítimas, principalmente mulheres e crianças, sujeitas a exploração sexual, trabalho forçado, escravatura ou mesmo a remoção de órgãos do corpo.

De acordo com o Secretariado, estas medidas, juntamente com outros esforços, continuam a produzir resultados positivos na abordagem da VBG.

"Na última década, vimos a questão da VBG saindo das sombras para o primeiro plano dos compromissos e acções para alcançar o desenvolvimento sustentável", disse a Dra. Tax.

"Acções globais como a Campanha dos 16 Dias são



SADC Executive Secretary,
Dr Stergomena Lawrence Tax

algumas das iniciativas que continuam a proporcionar uma oportunidade para mobilizar acções globais, regionais e nacionais contra a VBG."

Ela instou os Estados Membros a intensificar as acções voltadas para a prevenção da VBG e para fortalecer os serviços relacionados, bem como "criar plataformas para dar voz aos que não têm voz, inclusive para permitir relatos seguros, provisões de abrigos e locais de segurança para vítimas e sobreviventes da GBV."

A Subsecretária-Geral das Nações Unidas (ONU) e Diretora Executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, acrescentou a sua voz, dizendo que ainda não está claro quanto à extensão da violência contra as mulheres, já que a maioria teme represálias.

Mlambo-Ngcuka disse que existe um estigma associado à VBG e isto tem silenciado as vítimas de relatar tais casos, por isso é fundamental para a comunidade global desmascarar a verdadeira extensão destas experiências horríveis continuadas.

Os 16 Dias de Activismo deste ano contra a VBG visam incentivar as pessoas a falar e agir contra a VBG. sardc.net □

Dezembro de 2018 – Fevereiro de 2019

ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 21 No 1 DEZEMBRO 2018



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admiré Ndhlovu, Phyllis Johnson, Danai Majaha, Kumbirai Nhongo, Tariro Sasa, Nyarai Kampilipi, Tanaka Chitsa, Lynette Chitambo, Tonderai Mpofo, Monica Muteru, Raymond Ndhlovu, Pedzisayi Munyoro, Thenjiwe Ngwenya

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.
© SADC, SARDC, 2018

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Toney Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1 neweralive.com, thisisafrika.com, cobbresearchlab.com, undp.org, scoopnest.com; P2 harepost.co.zw; P4 zimbabwesituation.com; P5 cceonlinenews.com, SARDC; P6 WorldPressPhoto.com, mailandguardian.com, wp.com; P8 SACREEE.com; P12 sadc.int; P13 africanews.com, wikimedia.com; P14 twitter.com, wagggs.org; P16 news.bbc.co.uk

Subscreva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadcoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
Julius K. Nyerere House, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271
www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

f sadc.net @sadc.net

Austrian
Development Cooperation

Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.



Dezembro 2018

2-14, Polónia

UNFCCC COP 24

A 24ª sessão da Conferência das Partes (COP24) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) reúne líderes globais para continuar as negociações para um consenso global sobre as formas de lidar com o impacto das mudanças climáticas.

3-5, Ruanda

Conferência Económica Africana

A conferência constitui uma oportunidade para investigadores, formuladores de políticas e profissionais de desenvolvimento debater e construir conhecimento sobre soluções para a integração continental. O tema deste ano é "Integração Regional e Continental para o Desenvolvimento da África".

5-7, Botswana

Reunião do Subcomité das Finanças da SADC

A reunião do subcomité é uma das primeiras séries de reuniões realizadas antes do Conselho de Ministros da SADC, marcadas para o início de 2019. A reunião irá rever e preparar documentos da Comissão de Finanças para aprovação pelo Conselho.

19, Madagascar

Segunda volta de eleições Presidenciais

Madagáscar está pronta para uma segunda volta de eleições a 19 de Dezembro, depois que nenhum candidato presidencial ter acumulado votos suficientes para ser declarado vencedor absoluto após as eleições realizadas no início de Novembro. A segunda volta será disputada por dois ex-presidentes, Andry Rajoelina e Marc Ravalomanana, que lideraram as eleições presidenciais da primeira volta.

23, RDC

Eleições gerais na RDC

A República Democrática do Congo realizará as tão esperadas eleições gerais a 23 de Dezembro. Um total de 21 candidatos participará das eleições presidenciais, enquanto mais de 15.000 candidatos disputarão as eleições parlamentares. O vencedor substituirá o Presidente Joseph Kabila, que cumpriu todos os seus mandatos.

Janeiro 2019

14-17, Abu Dhabi

Cimeira Mundial sobre Energia do Futuro

A Cimeira será dedicada a sustentar o consenso de energia limpa, bem como promover e capacitar novos actores no sector. A Cimeira apresenta às partes interessadas de energia uma oportunidade única para trocar tecnologia e partilhar as melhores práticas.

Por indicar, Egipto

32ª Sessão Ordinária da Assembleia da UA

Chefes de Estado e de Governo africanos vão se reunir na sua 32ª Assembleia da União Africana, que será precedida por reuniões ministeriais e técnicas. O tema da UA para 2019 será "Ano dos Refugiados, Retornados e Deslocados Internos em África: Rumo a Soluções Duradouras para o Deslocamento Forçado".

Fevereiro
2, Global

Dia Mundial das Zonas húmidas

O Dia Mundial das Zonas húmidas foi celebrado pela primeira vez em 1997. Desde então, agências governamentais, organizações não-governamentais e grupos comunitários celebram o Dia Mundial das Zonas Húmidas, realizando acções para consciencializar o público sobre os valores e benefícios das áreas húmidas e promover a conservação e o uso racional das áreas húmidas.

19-20, África do Sul

Feira de Energia Indaba

O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilhar ideias e soluções para os desafios energéticos em África, enquanto simultaneamente exploram as vastas oportunidades de desenvolvimento energético oferecidas pelo continente.

BRIÇAMENTE PELAS
FAPLA, QUE RESISTIRAM A
MAIS DE 60 DIAS
FOI O SÍMBOLO DA
DETERMINAÇÃO DO
POVO DE VENCER OU MORRER
PELA DEFESA DA PÁTRIA

30 Anos



30 Anos Desde a Paz em Cuito Cuanavale

TRINTA ANOS se passaram desde a assinatura histórica de um acordo de paz entre Angola, Cuba e África do Sul, que abriu o caminho para a eventual independência da Namíbia e da África do Sul pós-apartheid.

O envolvimento militar do apartheid sul-africano em Angola começou em Agosto de 1975, antes da independência de Angola em Novembro daquele ano.

Desde 1978, a África do Sul fez várias incursões militares em território angolano e intensificou-as em 1981 em retaliação à política de Angola de acolher forças nacionalistas da África do Sul e da vizinha Namíbia que lutavam pela independência do domínio sul-africano.

O ponto de viragem foi uma batalha massiva no final de 1987/88. Cuito Cuanavale, uma pequena cidade no remoto canto sudeste de Angola, cuja importância estratégica como pista de aterragem e seu uso como base aérea de defesa aérea para o sul de Angola tornou-se o campo de batalha para um teste militar de vontades.

A Força de Defesa da África do Sul mobilizou mais de 9.000 soldados, incluindo unidades namibianas, e usou o seu equipamento militar mais sofisticado de artilharia de longo alcance, tanques, carros blindados e cobertura maciça da força aérea.

Em resposta a essa forte concentração militar, tropas cubanas envolveram-se nos combates no sul de Angola pela primeira vez em 11 anos.

Anteriormente, os cubanos faziam apenas guarnição, mantendo instalações importantes na retaguarda e treinando os soldados do governo.

A disputa entre a agressão sul-africana e a capacidade angolana de se defender resultou em graves baixas e perda de equipamentos em ambos os lados, mas a cidade fortemente fortificada foi conquistada. Este encontro histórico assinalou o início de sérias negociações, embora os combates continuassem.

As conversações foram realizadas por Cuba e Angola, de um lado, e a África do Sul, de outro, em Londres, em Maio de 1988, mediadas pelos Estados Unidos.

Isto foi seguido de uma reunião entre as duas superpotências, os EUA e a União Soviética, em Lisboa, Portugal, onde um plano de paz delineava a retirada das forças cubanas e sul-africanas dentro de um ano.

Uma série de consultas exploratórias continuaram.

A 22 de Dezembro de 1988, Angola, Cuba e África do Sul assinaram um acordo de paz tripartido em Nova York.

Segundo o acordo, o processo de independência da Namíbia deveria começar a 01 de Abril de 1989.

A retirada gradual de cerca de 50 mil soldados cubanos deveria ocorrer até Julho de 1991; prisioneiros de guerra seriam trocados; e uma exigência adicional foi a saída de cerca de 6.000 quadros do Congresso Nacional Africano de Angola.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a formação da Missão de Verificação da ONU em Angola (UNAVEM) para monitorar a retirada das tropas cubanas.

O acordo delicadamente entrelaçou interesses entre os três partidos e encerrou dois conflitos de longa duração: os 13 anos de hostilidades entre a África do Sul e Angola, apoiados pelas forças cubanas, e uma guerra de 22 anos entre combatentes Organização da liberdade do povo do Sudoeste Africano (SWAPO) e forças sul-africanas. □

Histórica Constituição provisória sul-africana

JÁ SE passaram 25 anos desde a assinatura histórica de uma Constituição provisória que sinalizou o fim do sistema racista de apartheid na África do Sul.

Três anos de negociações levaram a um acordo sobre uma Constituição provisória entre o governo da minoria sul-africana, liderado pelo Partido Nacional, seu adversário histórico, o Congresso Nacional Africano (ANC) e 18 outros partidos a 18 de Novembro de 1993.

A Constituição provisória foi aprovada pelo último Parlamento racial da África do Sul a 22 de Dezembro de 1993, exactamente cinco anos após o acordo de paz Cuito Cuanavale.

A Constituição provisória entrou em vigor a 27 de Abril de 1994. Foi substituída pela Constituição final a 4 de Fevereiro de 1997 como a Constituição da República da África do Sul.

A Declaração de Harare do Comitê Ad Hoc sobre a África Austral da então Organização da Unidade Africana, em Agosto de 1989, pôs em marcha a transição democrática da África do Sul. Entre outras coisas, a declaração exigia a formação de um sistema político que proporcionasse a todos os homens e mulheres o direito e o dever de participar no seu próprio governo como membros iguais da sociedade.

Negociações formais para uma Constituição provisória sul-africana começaram em Dezembro de 1991 na Convenção para uma África do Sul Democrática. □

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Dezembro de 2018 – Fevereiro de 2019

1 Dezembro	Aniversario do Profeta	Comores
8 Dezembro	Imaculada da Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 Dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbabwe
25 Dezembro	Dia do Natal	Todos os Países da SADC, excepto Botswana, Malawi, Zâmbia
	Dia da Família	Angola, Moçambique
26 Dezembro	Dia do Boxe	Lesoto, Swazilândia, Tanzânia, Zimbabwe
28 Dezembro	Dia do Incwala	Swazilândia
1 Janeiro	Dia do Ano Novo	SADC
4 Janeiro	Dia dos Mártires	RDC
12 Janeiro	Dia da Revolução de Zanzibar	Tanzânia
15 Janeiro	Dia de John Chillembwe	Malawi
16 Janeiro	Dia dos Heróis (Laurent Kabila)	RDC
17 Janeiro	Dia do Herói (Patrice Lumumba)	RDC
21 Janeiro	Thaipoozam Cavadee	Maurícias
1 Fevereiro	Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
5 Fevereiro	Festival da Primavera Chinesa	Maurícias